

O capital encurralado¹

*Prof. Dr. Atanásio Mykonios
Bacharelado em Ciências Humanas
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades
Coordenador do Grupo Trabalho, Tecnologia e Educação - TTE
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*

Resumo

O capital está em busca de uma nova adequação à sua condição lógica de produção de valor, uma vez que a crise estrutural do sistema encontra seu ponto de inflexão dado pelas novas condições de produção, em que a ciência, como forma material do capital, introduz a contradição insolúvel por meio do aumento da produção e a substituição da força de trabalho. A burguesia se vê, portanto, numa encruzilhada histórica ao queimar as mediações institucionais e provocar o impasse sobre os estados-nacionais e sua constituição objetiva. A economia mundial, por meio de seu sistema financeiro, dá sinais de que não é mais possível extrair mais-valor a partir da exploração do tempo excedente da força de trabalho e neste momento, o sistema entra numa fase inercial de sua própria condição, o valor despenca com o aumento forma objetiva da ciência que é a tecnologia que não pode ser freada sob pena de os concorrentes serem destruídos no mercado. Por conseguinte, o impasse se dá em torno das funções dos estados-nacionais e suas fronteiras.

Palavras-chave: Produção de valor; ciência; estados-nacionais; sistema financeiro; adequação.

Abstract

Capital is in search of a new adaptation to its logical condition of production of value, since the structural crisis of the system finds its point of inflection given by the new conditions of production, in which science, as a material form of capital, introduces the insoluble contradiction by increasing production and replacing the workforce. The bourgeoisie, therefore, finds itself at a historical crossroads by burning institutional mediations and provoking the impasse over national states and their objective constitution. The world economy, through its financial system, shows that it is no longer possible to extract more value from the exploitation of the surplus labor time, and at this moment the system enters an inertial phase of its own condition, the value plunges with the objective increase of science that is technology that can not be restrained under penalty of competitors being destroyed in the market. Therefore, the impasse occurs around the functions of national states and their borders.

Key-words: Production of value; science; national states; financial system; adequacy.

¹ Prof. Dr. Atanásio Mykonios (amykonios@gmail.com) (38) 99969-3131 / (11) 94809-6737.

A resposta fascista ao ocaso

Estamos em um período da história do sistema do capital em que as fronteiras dessa civilização começam a apontar para os limites estruturais, além de colocarem para nós o grande efeito devastador que o aumento da produtividade material tem sobre a natureza e as reservas de matéria-prima, necessárias para a continuação em escala progressiva. Por outro lado, o mundo que aparentemente se torna, cada vez mais virtualizado e que nos apresenta a realidade de bilhões de seres humanos robotizados, nada mais é do que a consequência do mundo instantâneo do capital, que atingiu níveis inimagináveis, em grau altamente destrutivo, do ponto de vista da sua real riqueza, que não se realiza.

Por outro lado, enquanto o mundo parece esperar passivo por mais uma crise do sistema financeiro as nações veem surgir uma espécie de cortina de fumaça que procura dar um sentido à crise estrutural, social e humanitária do sistema global do capital, de modo que por todas as partes, vemos grupos se levantarem, com extrema ferocidade, com o explícito objetivo de reivindicarem para si a representação de um mundo, por meio de interpretações que nada mais são do que a reprodução do pavor diante do esfacelamento do sistema social do capital.

A grande catástrofe que se avizinha, parece trazer de volta, a imperiosa necessidade de reaver, em grande medida, valores que possam submeter a suposta imoralidade que assola o mundo e, mais uma vez, o que se verifica é a tentativa, hercúlea, de responsabilizar o comportamento dos sujeitos sociais pela derrocada quase definitiva do sistema social do capital. É por essa razão que os diversos fascismos voltam à tona para resgatarem a moralidade que eles imaginam estar no interior do sistema social do capital. Isso não passa de uma desesperada tentativa de trazer de volta o que o próprio capital já sepultou, sob diversos aspectos, como a organização social baseada na família nuclear; a diversidade social imposta pela terceira revolução industrial; as liberdades que a sociedade de consumo propiciou às massas urbanizadas; a pulverização da classe trabalhadora; a reestruturação produtiva; o fato, entre outros, de que a maioria dos trabalhadores não produz diretamente nada; a ficção dos estados-nacionais; a eliminação das fronteiras dos negócios e das empresas etc.

Assim, escreve João Bernardo, em seu livro *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* que “A história do fascismo não está concluída porque o fascismo é ainda uma realidade em suspenso. Ele foi destruído militarmente sem estar política e ideologicamente esgotado” (BERNARDO, 2015, p. 8)

E prossegue quando aponta para o fundamento do fascismo ao dizer que “Defini então o fascismo, em três palavras, como a revolta no interior da coesão, chamando a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador. O fascismo foi uma revolta na ordem”. (BERNARDO, 2015, p. 13)

Dito dessa forma, os fascismos estão na crista da onda, mas agora, com um intuito absolutamente ilusório diante da forma que o capital se encontra, dadas as condições em que a produção de valor não mais sustenta de a riqueza que ele próprio deve gerar, com base material e na substância do valor, que é a exploração do tempo excedente da força de trabalho.

Desde o início do capitalismo, a burguesia precisava de uma teoria razoável que representasse cientificamente a nova forma social, cujas bases deveriam ser tratadas com caráter teórico. A ciência do liberalismo é, fundamentalmente, a ciência que dá legitimidade e garante a sustentabilidade funcional do sistema, como um colchão que protege os capitalistas.

Entre aqueles que permanecem apegados aos ideais do liberalismo clássico, foram formulados dois tipos de resposta que devem-se distinguir, ainda que, historicamente, elas tenham se misturado algumas vezes. A primeira em ordem cronológica é a do “novo liberalismo”, a segunda é a do “neoliberalismo”. Os nomes dados a essas duas vias não se impuseram de imediato, como se pode imaginar. Foi o uso que se fez delas, os conteúdos que foram elaborados, as linhas políticas que se destacaram pouco a pouco que nos permitem distingui-las retroativamente. A proximidade dos nomes traduz, em primeiro lugar, uma comunidade de projeto: trata-se nos dois casos de responder a uma crise do modo de governo liberal, de superar as dificuldades de todos os tipos que surgiram das mutações do capitalismo, dos conflitos sociais, dos confrontos internacionais. Trata-se, até, mais fundamentalmente, de fazer frente ao que apareceu em dado momento como o “fim do capitalismo”, fim esse que foi encarnado pela ascensão dos “totalitarismos” após a Primeira Guerra Mundial. Essas duas correntes descobriram progressivamente que tinham em comum, dito brutalmente, um inimigo: o totalitarismo, isto é, a destruição da sociedade liberal. Sem dúvida, foi isso que as levou a criar um discurso ao mesmo tempo teórico e político que dá razão, forma e sentido à intervenção governamental, um discurso novo, que produz uma nova racionalidade governamental. O que supunha revisar, de um lado e de outro, o naturalismo liberal tal como fora transmitido do longo do século XIX. (DARDOT, LAVEL, 2016, p. 68)

Segundo Dardot e Lavel, a reação dos promotores do sistema do capital, viram nos “totalitarismos” uma ameaça real, dado que em grande medida, as estruturas que mantinham a sociedade capitalista poderiam ser abaladas se um sistema totalitário fosse imposto em grande escala. Certamente, os processos beligerantes e as grandes guerras, bem como as revoluções que sacudiram o mundo, foram elementos basilares para a

conclusa de que a sociedade liberal estava em risco iminente. No entanto, ainda é preciso somar a essas doses cavalares de medo, o próprio comportamento do sistema do capital que em meados da década de 1970, dava sinais evidentes de que não seria possível o capital continuar à adequação perfeita que dera ao sistema a sua riqueza por meio da produção de valor.

O colapso da União Soviética não se deve apenas à sua estrutura interna de insuficiência dos padrões mínimos necessários para manter seu poder de controle político e bélico. As economias soviéticas colapsaram também em virtude pela necessidade de expansão da base de valor que o capitalismo “ocidental”. A China ainda não estava na condição atual, a Revolução Cultural lançara as bases preparando o país para se projetar como uma potência econômica, capaz de abalar a hegemonia dos EUA. Enquanto isso, a Rússia atravessou um longo período obscuro até restaurar seu poder regional e garantir sua economia em bases mais sólidas, se bem que não se apresenta como liderança mundial, a não ser no que concerne ao poder militar que é o seu grande trunfo.

O comportamento da economia mundial, aliado à Guerra Fria e as possibilidades de uma ruptura por parte dos trabalhadores no Ocidente, especialmente na Europa, guindaram à cena mundial uma proposta que seria o processo político como resposta à crise estrutural do capitalismo, o petróleo, o ouro, a dívida privada, o crédito que explodia na década de 1970 e que, no entanto, já demonstrava a sua fragilidade quanto ao modo de quitar as dívidas e, sobretudo, a emergência de uma nova ordem mundial que se avizinhava em virtude das transformações do processo produtivo, por meio da ciência.

O “neoliberalismo” vem mais tarde. Em certos aspectos, aparece como uma decantação do “novo liberalismo” e, em outros, como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social pregados pelo “novo liberalismo”. Ele compartilhará amplamente a primeira proposição como este último. Mas, ainda que admitam a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeitem a pura passividade governamental, os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo. A esse respeito, rejeitando a segunda das duas proposições mencionada antes, o neoliberalismo combina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção do mercado centrada na concorrência, cuja fonte, como vimos, encontra-se no spencerismo da segunda metade século XIX. Ele prolonga a virada que deslocou o eixo do liberalismo, fazendo da concorrência o princípio central da vida social e individual, mas em oposição à fobia spenceriana de

Estado, reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política. (DARDOT, LAVEL, 2016, pp. 69-70)

Porém, com o atual quadro do sistema global do capital, o conceito de livre concorrência e rivalidade não se apresenta como um elemento de expansão do próprio capital. O sistema financeiro e as corporações, atuando em conjunto, controlam todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias e capitais. Controlam também os estados-nacionais, de forma que a concorrência se restringe ao domínio das corporações. Por essa razão o sistema global do capital está numa nova crise estrutural em que não encontra sua adequação perfeita, sua subsunção real e formal.

A economia mundial

Os dados coletados nos últimos meses demonstram algo que, ao contrário do meu entendimento inicial, a super exploração que poderia aumentar o tempo de trabalho excedente, gerando assim o valor necessário para garantir a substância do próprio capital, a sua riqueza com lastro real, não pode ser realizada por meio desse mecanismo.

Em primeiro lugar, o aumento da produtividade, gera uma superprodução que se espelha, inicialmente, no PIB mundial e como tendência, nos PIBs nacionais. Tal tendência é o aumento do PIB e a manutenção das massas salariais a patamares que não se alteram radicalmente. Considerando que a diferença entre PIB e massa salarial em torno de 49 a 33 Trilhões de Dólares e considerando que o sistema financeiro amplia o processo de valorização fictícia do capital; considerando que as estruturas de imposição da exploração com barateamento generalizado da força de trabalho não são capazes de diminuir a diferença real o que os trabalhadores produzem e o que realmente recebem em forma de salários; considerando que o sistema capitalista não é capaz de gerar, por si, novos empreendimentos que absorvam as massas de trabalhadores em quantidade suficiente para arrancar mais-valor; considerando que a tendência mundial é o aumento da produtividade a partir do aumento do capital fixo e também pelo fato de que os investimentos se dirigem basicamente ao maior incremento do capital fixo (incluindo o trabalho morto); também considerando que a alta concorrência não permite que as bases de negócios, as pequenas empresas, os pequenos comércios, mesmo em rede, não tenham a capacidade de extrair mais-valor por meio da força excedente de trabalho. Podemos

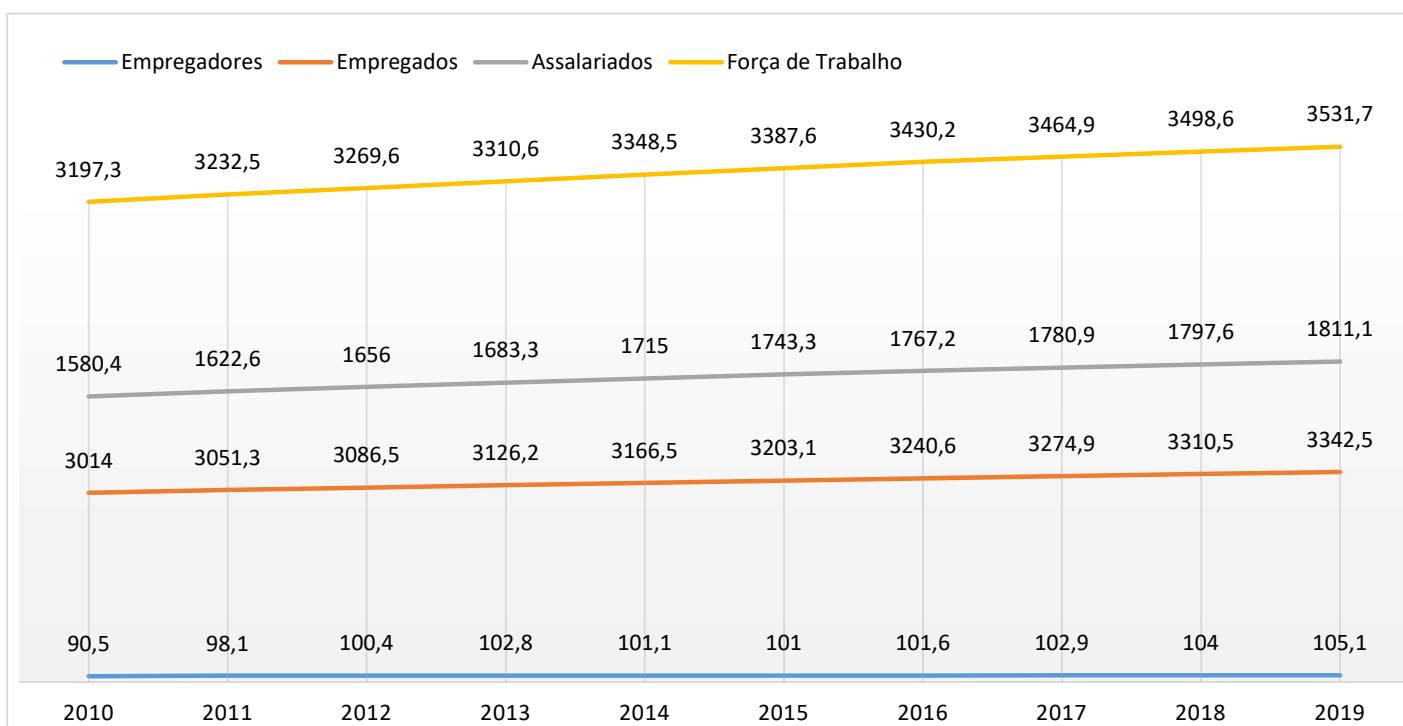
então dizer que o capitalismo chegou ao ponto em que não pode ter na força de trabalho a sua âncora segura e decisiva.

A evolução do número de empregadores não é significativa a ponto de absorver mais trabalhadores em escala possível de reverter o fim da produção de valor. Segundo a OIT, em 2010, havia um total de 90,5 milhões de empregadores no mundo, em 2018, chegou a 104 milhões e em 2019, isto é, ano que vem, as projeções indicam 105,1 milhões. De 2010 para 2018, o aumento de empregadores foi de 14,92%; de 2010 para 2019, será de 16,13%; de 2018 para 2019, o aumento será de 1,06% (OIT, maio, 2018).

Em contrapartida, podemos fazer o mesmo cálculo proporcional relativo ao número de trabalhadores no mundo. A força de trabalho em 2010 era de 3,1973 bilhões de pessoas, em 2018 chegou a 3,4986 e em 2019, segundo ainda a OIT, poderá alcançar a cifra de 3,5317 bilhões. De 2010 para 2018 o aumento da força de trabalho no mundo foi de 9,42%. De 2010 para 2019, 10,46%. De 2018 para 2019, o aumento relativo seria de 0,94% (OIT, maio, 2018).

Os empregados estavam assim distribuídos, a saber. Em 2010 eram 3,014 bilhões, em 2018, 3,3105 bilhões e em 2019, serão 3,3425 bilhões. Em outras palavras, respectivamente, 9,84%, 10,90%, 0,97% (OIT, maio, 2018).

Variação do número absoluto de Empregados, Assalariados, Força de Trabalho e Empregadores (2010-2019)



Fonte: OIT/2018

Avanço nominal e relativo entre empregadores, força de trabalho e empregados

	Empregadores	%	Força de Trabalho	%	Empregados	%
2010	90,5		3,1973		3,014	
2018	104	14,92%	3,4986	9,42%	3,3105	9,84%
2019	105,1	1,06%	3,5317	0,94%	3,3425	0,97%
2010-2019		16,13%		10,46%		10,90%

Fonte: OIT/Elaboração Própria

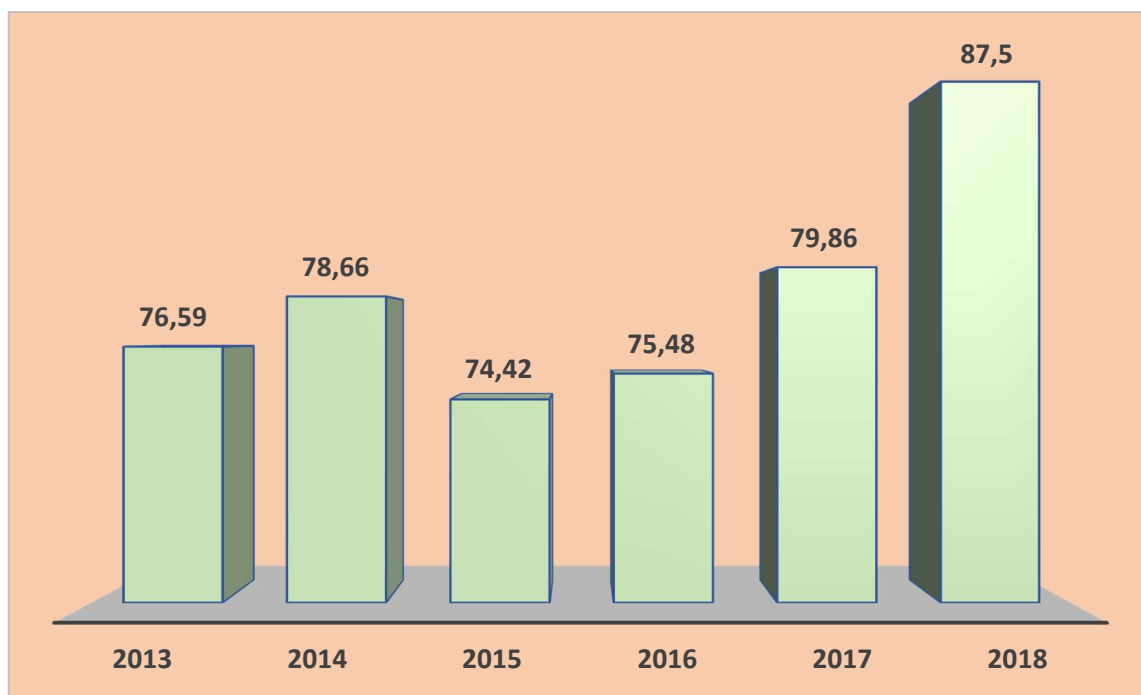
É possível observar que mesmo havendo um incremento entre os empregadores, de 2010 a 2018, de 14,92%, a força de trabalho cresceu 9,42% e o de empregados (os ocupados), bateu na casa de 9,84%. Mas entre 2018 e 2019, o aumento de empregadores foi ligeiramente maior que o da força de trabalho e ainda dos trabalhadores efetivamente empregados. Se ainda compusermos a análise entre 2010 e 2019, maior margem cronológica – chegamos ao fato de que o número de empregadores aumentou em 16,13%, mas a força de trabalho não seguiu essa tendência, também os empregados no mundo estiveram abaixo do crescimento das empresas (ou empregadores).

Podemos então inferir que os trabalhadores empregados têm experimentado menor incremento do que o de empregadores e a diferença pífia entre 2018 e 2019, demonstra que o sistema parece não conseguir empregar em grande quantidade, mesmo com crescimentos robustos entre a faixa de tempo maior.

Por outro lado, o maior crescimento se verifica entre os trabalhadores empregados no setor de comércio e serviços. Os dados mostram um aumento gradativo e robusto de 2001 a 2019, sem nenhuma queda ou estabilização. O setor que mais tem experimentado uma queda significativa foi o da agricultura, seguindo a tendência contrária dos serviços e comércio. Ao passo que a indústria não apresenta recuperação em seus postos de trabalho, ao contrário, verifica-se uma tendência também à sua diminuição gradativa.

Se levarmos em conta o fato de que a maior parte da riqueza produzida pelos trabalhadores concentra-se no setor de serviços e comércio, significando que do total do PIB produzido em 2017, de 80 T, 50 couberam a esse setor em específico, mostra claramente que há um processo inercial incapaz de promover um aumento da base de valor por meio da exploração absoluta. Em 2018, a OIT já contava com 2 bilhões de trabalhadores na informalidade ou em processos de terceirização.

Evolução do PIB mundial, de 2013 a 2018 (em US\$ Trilhões)

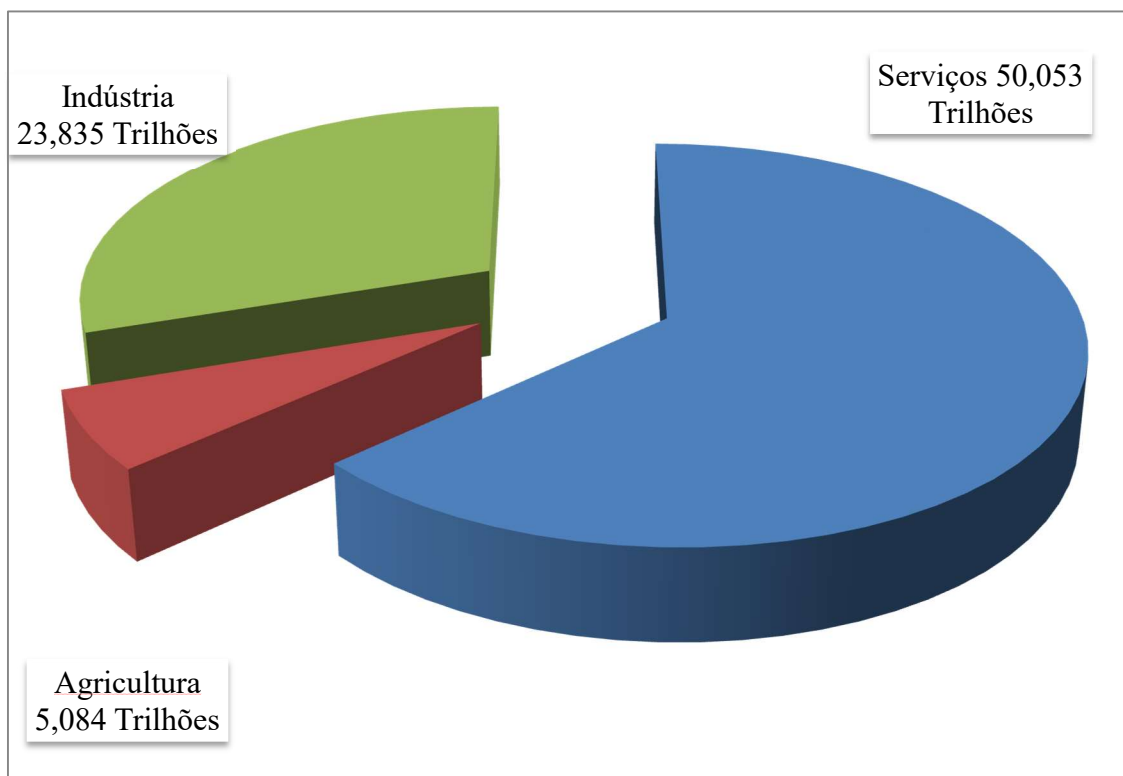


Fonte: <http://zambiamf.opendataforafrica.org/IMFWEO2018Apr/imf-world-economic-outlook-weo-database-april-2018>

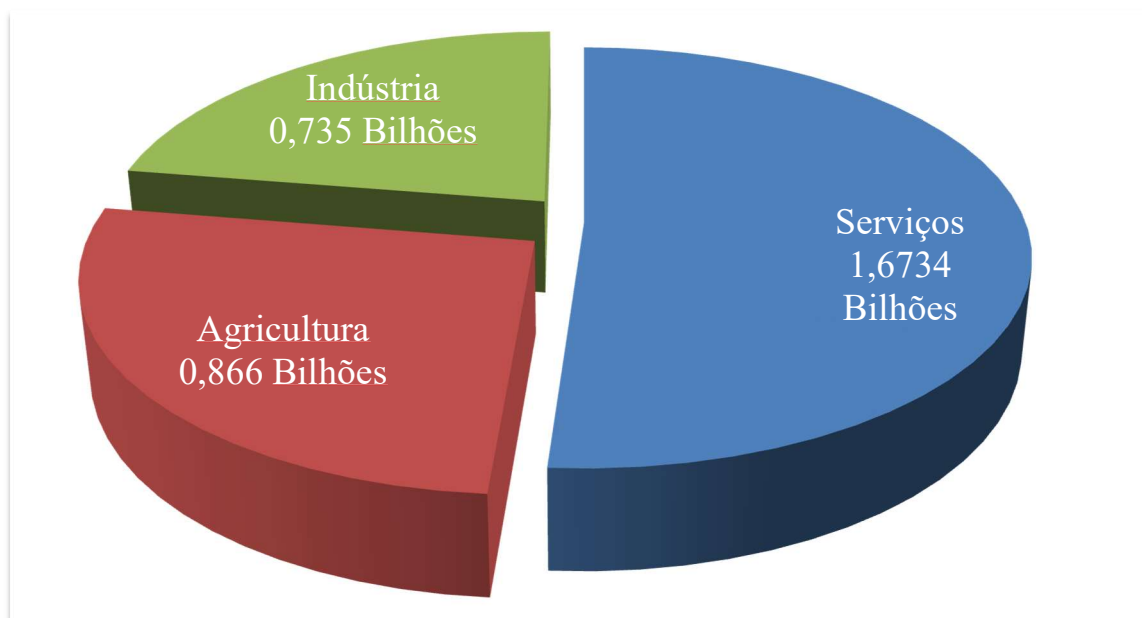
É preciso considerar que o setor que mais emprega terceirizados, informais e precarizados, não é o da indústria e na agricultura a tendência é eliminar cada vez mais os trabalhos precarizados. Tanto a indústria quanto a agricultura tenderão um processo de enxugamento do capital variável, dando lugar a cada vez mais eficiência, inovação, ciência, administração e burocracia científica, gerando assim um processo de produção de ponta, com maquinaria que não pode absorver as massas de trabalhadores em quantidade a gerar produtividade suficiente para o desenvolvimento da base do valor.

Ainda relativo ao ano de 2017, o setor de serviços e comércio empregou algo em torno de 1,6734 bilhão de trabalhadores e produziu, em relação ao PIB mundial, 50,053 Trilhões. A indústria empregou 735 milhões de trabalhadores e produziu 23,875 Trilhões e a agricultura, produziu 5,084 trilhões e empregou 866 milhões (HOWMUCH, julho, 2018). Vê-se, portanto que o capital fixo está cada vez mais concentrado no conhecimento tecnológico. Quanto mais conhecimento científico empregado, maior a sua concentração, maior, por conseguinte, as condições de aumento da produtividade, o que gera uma superabundância de mercadorias que atravessam as fronteiras. No entanto, os salários não são capazes de absorver a circulação que, de modo bem simples de entender, encalha e precisa ser, de alguma forma compensado.

Divisão do PIB pelos grandes setores da economia global, em 2017, para um PIB de US\$ 78,972 Trilhões²



Divisão do Trabalho pelos grandes setores da economia, segundo a OIT, em 2017, em bilhões de trabalhadores empregados



² O PIB apresentado para o cálculo da base de divisão dos setores é menor que o apresentado no quadro anterior, porque vários países omitiram informações em cada setor – US\$ 78,972,00 Trilhões.

É impressionante como o sistema financeiro, engatado nas 502 maiores corporações (FORTUNE GLOBAL 500, 2017), está sendo capaz de gerar uma quantidade de capital inexistente a fim de compensar a diferença real entre o produzido e o adquirido pelo “mercado consumidor”.

O sistema econômico mundial conta com articulação orgânica entre as instâncias financeiras e as estruturas estabelecidas e organizadas pelas corporações que controlam os processos produtivos, as condições da força de trabalho, decidem acerca da sobrevivência de empresas em todos os ramos, controlam os preços locais e mundiais e, sobretudo, têm um papel especial nas relações de poder com os estados-nacionais. Todos os negócios entre corporações e entre estas e as empresas, nas bases produtivas ou nas condições em que se realiza o mercado das mercadorias, é determinado e financiado pelos montantes de capital advindos dos vários setores do sistema financeiro, isto é, as corporações compram, vende, desmembram, fundem empresas, e o capital que lastreia essas operações vem do sistema financeiro e dos bancos em geral, que têm parte substancial e participação nas corporações em geral.

As corporações têm um caráter estrutural, além disso, 201 corporações são controladas diretamente pelo sistema financeiro. Segundo a FORTUNE GLOBAL 500, 2017, em 2017, a receita das 502 maiores corporações foi de US\$ 31 Trilhões, ao passo que a receita dos 222 países somou US\$ 21 Trilhões. Ainda segundo a mesma fonte, as 10 maiores receitas corporativas excedem US \$ 3 trilhões, semelhante à receita de 196 países.

O capital, como sistema mundial, vive o seu momento histórico em que sua contradição interna surge com a força de um vulcão. A estrutura sistêmica do capital está cada vez mais distante das condições humanas, este sistema se desprende gradativamente das relações concretas de dominação e cotidianidade e passa a controlar o mundo a partir de sua condição virtual de produzir o capital como forma emanada do valor e sua autovalorização.

A terceira etapa: em busca de adequação

Na primeira e segunda fases do capital, a riqueza dependeu exclusivamente da força de trabalho, de sua espoliação direta e, gradativamente, indireta, por meio das condições relativas de exploração, dadas pelas condições gerais de produção. A riqueza concreta era dada pela formação do trabalho concreto a riqueza abstrata era gerada pelo valor, isto é, pelo trabalho abstrato.

É por isso que o tempo se tornou a chave da exploração e do acúmulo de capital como riqueza abstrata, mas ainda, com enorme potencial de desenvolvimento da máquina produtiva, ou, em outras palavras, da grande indústria. Com isso, socialmente medido, o tempo de trabalho havia se tornado a mediação da produção de riqueza. Com isso, na era da grande indústria, em que o capital, como forma ideal, encontrara a adequação mais que perfeita para a sua realização como forma social e como forma abstrata, a riqueza, fundamentalmente, pressupunha o trabalho e, dito de forma mais afinada, como a riqueza da não-liberdade.

Marx expõe as contradições internas da lógica do próprio capital, nos *Grundrisse*,

o capital limita – por meio de restrição artificial, como os ingleses o expressam – o trabalho e a criação de valor, e o faz, na verdade, pela mesma razão porque e à medida que põe trabalho excedente e valor excedente. Portanto, de acordo com sua natureza, o capital põe um *obstáculo* para o trabalho e a criação de valor que está em contradição com sua tendência de expandi-los contínua e ilimitadamente. E uma vez que tanto põe um obstáculo que lhe é *específico* quanto, por outro lado, avança para além de *todo* obstáculo, o capital é a contradição viva. (MARX, 2011, p. 558)

A contradição do capital não pode ser solucionada. O capital não pode prescindir da exploração do tempo excedente de trabalho, ao mesmo tempo em que o valor obriga os produtores a expulsarem os trabalhadores, por meio das forças de produção que ampliam sua capacidade científica. Marx observa essa realidade no processo produtivo ainda quando historicamente a indústria se desenvolvia no interior a segunda revolução industrial. Marx segue a linha da lógica da dialética hegeliana, cuja substância do movimento da contradição do real é a negação da negação. O capital nega a sua própria lógica, mas durante determinado período, segundo o qual Marx não tinha possibilidades empíricas para definir seus limites históricos, quando chega a terceira revolução, a grande-indústria deixa de ser a forma adequada do capital.

Se a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho, a pós-grande indústria é a segunda negação do processo de trabalho, e na realidade a negação da negação. Mas se a grande indústria representa a posição material (adequada) do capital no processo produtivo, poder-se-ia dizer também que a pós-grande indústria representa a segunda posição material (...) Assim, a pós-grande indústria é ao mesmo tempo a segunda negação do trabalho como princípio do processo produtivo, e a segunda posição do capital no processo material de produção. (FAUSTO, 1989, p. 49)

O capital, dessa forma, está à procura de sua adequação, uma vez que a adequação perfeita ocorrera na segunda revolução industrial, agora, o sistema financeiro é o sintoma doentio de um processo de descolamento da lógica estrutural do conteúdo do capital.

O homem não é mais sujeito do processo de produção, ou antes, a segunda negação faz com que se rompa a estrutura do processo de produção como processo de trabalho. O homem é de certo modo “posto para fora”, liberado (*freigesetzt*) do processo, mas é assim mesmo que ele passa a dominar o processo. (FAUSTO, 1989, p. 52)

Como afirma Ruy Fausto acima, o “homem não é mais sujeito do processo de produção”. A consequência dessa condição é a total alienação dos trabalhadores sobre o que é produzido, isto é, dado o desenvolvimento das forças de produção, não apenas os trabalhadores, mas toda a humanidade não tem o poder de tocar naquilo que é produzido à revelia de sua própria vontade social ou política. O distanciamento da materialização da produção gera um conflito de natureza monstruosa, uma vez que não há condições de interferir nos destinos dos processos de produção, que se deslocam graças à inteligência científica posta a serviço como a Inteligência Artificial, que arranca das mãos humanas a possibilidade de interferir nos processos.

Agora, a riqueza não é mais produzida pelo trabalho, apesar de que a massa de trabalhadores não diminui em sentido oposto aos avanços da indústria e seu progresso tecnológico. A riqueza é agora produzida pelo capital fixo que não depende essencialmente da extração do tempo excedente da força de trabalho. Daí o fato de que o trabalho se torna precário ao extremo porque, contrariamente do que muitos ainda podem supor, quanto mais o setor de serviços emprega, quanto menos os setores da indústria e agricultura empregam, mais a sociedade, como um todo, empobrece, do ponto de vista das condições de geração de riqueza como ainda a entendemos.

Se, na grande indústria, tínhamos uma posição da forma na matéria através de uma organização material adequada, temos agora uma espécie de *posição na matéria da forma enquanto forma*. É a forma enquanto tal – mas, atenção, a forma *material*, a ciência, não a forma formal, o capital – que é posta na matéria. A ciência se objetiva *enquanto* ciência na matéria. Surge assim uma espécie de *ciência objetivada* na maquinaria da pós-grande indústria. (FAUSTO, 1989, p. 57)

O que Marx trata como a grande indústria e, por conseguinte, como a pós-grande-indústria, é, esta, a expressão do processo das condições efetivas da substituição do trabalho vivo pelo capital fixo e em especial pelo trabalho morto, dado pela ciência –

forma material condicionante dos processos produtivos objetivos e materiais. A pós-grande-indústria é a conjugação das forças de produção que impuseram, pela necessária ordem da lei do valor, a terceira revolução industrial que fez desmoronar as estruturas sociais organizadas em torno das condições gerais de produção da grande-indústria.

Para o capital em geral, ainda a sua forma está condicionada ao seu conteúdo. Forma que se expande para manter o conteúdo numa formalidade que não mais o sustenta. O capital encontra, então, a sua antítese, a sua negação em si mesmo, afinal, historicamente, se encontra consigo mesmo, o seu total negativo, que não apenas nega a si mesmo, como abre o caminho para a sua destruição. Sem que os agentes o percebam, o sistema se inverte, encontra o seu inverso, a riqueza abstrata se torna a realidade real enquanto a riqueza material deixa de compor a consciência dos indivíduos, há como uma sujeição absoluta a uma metafísica que tem um suposto lastro num sistema cuja riqueza de fato não existe, é uma ficção, uma mentira, porque não está com os pés no chão.

Por outro lado, o aumento gigantesco, em escala geométrica e não aritmética, mostra que o sistema está totalmente à deriva, precisa aumentar cada vez mais os graus de refinanciamento das estruturas financeiras e para corroborar essa situação, as maiores corporações controlam toda a rede de produção, circulação e consumo, em contato direto com grupos financeiros que atuam em conjunto para controlar os preços e regular os fluxos de produção e do mercado de trocas em geral, ou, o mercado das mercadorias, tanto quanto a força de trabalho.

Também, pelas razões acima expostas, aumentam as dívidas privadas, numa proporção de 3 para 1 em relação às dívidas somadas dos estados-nacionais. O endividamento sucessivo pode ser observado nos dados apresentados em caráter simultâneo. Nenhuma dívida é estancada ou retrocede, ao contrário, todos os níveis de endividamento permanecem em estado de crescimento contínuo, como um moto perpétuo que age por si mesmo, sem nenhum controle efetivo, seja por parte dos estados-nacionais, seja por parte dos trabalhadores ou de organizações e movimentos sociais.

Mas não deixa de haver uma apropriação do tempo excedente de trabalho. Este não mais pode ser aplicado na forma tradicional da exploração na grande indústria. Agora, o próprio fato de haver uma quantidade enorme de trabalhadores no mundo dos serviços e comércio, mostra que o capital age de outra forma, está em busca de uma nova adequação que é a exploração do tempo livre, não como tempo de ociosidade, mas, sobretudo, como a consequência do incremento do capital fixo.

A riqueza abstrata atinge níveis nunca antes na história do capitalismo. Ao que tudo indica, poderá haver não apenas uma crise, como uma espécie de crise que faça derreter o dinheiro que não existe, como pode também derreter a diferença entre o produzido e o pago. Seria então necessário aumentar o capital variável, a fim de que houvesse possibilidade de aumentar as margens, não somente de lucro, mas as margens de valor e de mais-valor.

No ritmo em que a economia mundial avança e a iminência de uma quebra generalizada que, em termos concretos, será, ao menos, 20 vezes maior que a de 2008, considerando um intervalo de 10 a 11 anos, será impossível aumentar o capital variável a ponto de reverter esse processo e lastrear o capital de volta a um leito mais confiável. Para aumentar o capital variável, seria então necessário um esforço global para introduzir além do número que tem se mantido relativamente constante de empregados, ao menos um ou dois bilhões de trabalhadores, num ritmo alucinado e improvável de acontecer.

Restam, assim, para o capital, poucas alternativas. Uma delas poderia ser o controle efetivo das commodities, as mercadorias e as matérias-primas que são a base de toda a produção de mercadorias. Esse controle poderia, se houver também um esforço concatenado, baixar os custos e os preços globais dessas matérias-primas a fim de fazer baixar o capital fixo. Contudo, para que o sistema encontre mecanismos para baratear as commodities, a fim de reduzir o capital fixo, seriam necessários esforços no sentido contrário, para aumentar a eficiência do próprio capital fixo, ou seja, a produção de commodities deverá seguir a mesma lógica das formas de produção em escala global. Ou, em outras palavras, é possível que o capital fosse levado a mais uma armadilha.

Diminuir o capital fixo seria, por outro lado, uma possibilidade de atacar o capital variável. Mas caímos no esmo círculo vicioso, pois para diminuir o custo do capital fixo, seria necessária mais eficiência, concentração de conhecimento científico a fim de garantir o barateamento do capital fixo, o que não redundaria em garantias para o aumento do valor e do mais-valor por meio da exploração do capital variável.

De uma forma ou de outra, o capital se depara com a cristalização do trabalho científico. Mesmo que as grandes corporações garantam o domínio completo das mercadorias de base e das matérias-primas de base, elas têm de garantir que as empresas que estão sob seu domínio, estejam aptas a concorrerem no universo concorrencial global. Se houver, em contrapartida, uma tendência a um monopólio, não haverá condições mais de exercer o capitalismo como sistema social do capital.

É por isso que, de modo esquizofrênico e paranoico, o sistema social do capital procura encontrar brechas por todos os lados, fazendo com que o tempo e o espaço do tempo coincidam, convirjam, a fim de que todos os seres humanos possam ser explorados no seu tempo livre. Quando me refiro a tempo livre, refiro-me ao tempo da não-produção concreta, real, o tempo da produção material que agora se torna produção imaterial. O tempo é o tempo total da vida dos seres humanos, só assim podemos imaginar que o capital esteja desesperado em encontrar uma nova forma de exploração, mas que permanece atada ao tempo. O capital coloca os 7,6 bilhões de seres humanos a trabalharem sem que seja necessário um sistema formal de controle do tempo, uma espécie de tempo marcado, com entrada e saída.

Isso mostra que o capital não consegue se desvencilhar de sua concepção original, não consegue se desprender do tempo do trabalho, preciso transformar o imaginário, o abstrato, o tempo fora da produção, em tempo real abstrato, ou seja, uma forma de arrancar o impossível. Nessas pretensas condições, o capital avança sobre a humanidade como um todo, mas continua a produzir mercadorias e a rumar para a sua total impossibilidade, tanto histórica quanto lógica. As duas esferas parecem caminhar, por algum tempo, paralelas e até, em certo sentido, como que, autônomas, mas eis que agora, história e lógica se aproximam e quando de fato se tocarem, ambas cobrarão, uma da outra, a sua própria contradição e a impossibilidade de realizarem-se como formas adequadas ao próprio sistema.

Se o tempo do não-trabalho pode ser considerado como substância da riqueza, então, esse sujeito social agora não é tão-somente o trabalhador, somos todos nós. A classe trabalhadora continua a existir, continua a ser explorada por uma parte do capital que não consegue mais arrancar dessa massa de empregados as condições reais para a geração do valor, sua rentabilidade está prestes a se tornar um deserto global.

A emergência do homem no processo material como vigia da máquina e não mais vigia da máquina indica o fim da subordinação do trabalho ao capital. (...) na primeira fase, a mau fatura, a subordinação é apenas formal, ela não existe no interior do processo material de produção, senão na relação para com uma subjetividade global (que, sem dúvida, nega à sua maneira a individualidade, ela mesma reduzida a parte). Na segunda fase, a grande indústria, onde ocorre a primeira posição adequada da forma na matéria, se tem a subsunção real, isto é, formal e material. Com a pós-grande-indústria desaparece a subordinação material, e é nesse sentido e só nesse sentido que se retoma a primeira situação. Na realidade, se tem uma negação da negação. Se a subordinação material desaparece é porque o processo de trabalho perdeu plenamente o seu caráter de processo de trabalho. O processo de produção tem

um caráter muito próximo ao de um processo de produção da ciência.
(FAUSTO, 1989, p. 60)

Isto quer dizer que até certo ponto do processo produtivo material concreto, o trabalhador representava a subordinação formal e material da formação do capital como riqueza material e abstrata. Subordinação material que significa subsunção, isto é, o capital havia atingido a sua perfeição como conteúdo e como forma social, histórica e lógica, havia se transformado em uma tautologia social. Agora a situação parece apontar para outro viés.

O capital atingiu uma nova forma, mas isso não quer dizer que o capital se tornou algo diferente de si mesmo, apenas exige formalmente novas adaptações ou adequações. Ocorre que tais não se verificam a contento, por isso, uma explosão ou podemos dizer, uma implosão da consciência quanto ao próprio trabalho, quanto ao estar empregado, quanto à exploração, quanto à consciência de classe.

Nesse sentido, o capital precisa ser destruído. Não há saída para ele, não podemos transitar no interior de um sistema que chegou ao seu fim, mesmo que ainda haja bilhões que trabalhem em troca de um salário que não representa mais a real condição de sua natureza. Mesmo que haja a tentativa hercúlea de aumentar a base de exploração sobre os trabalhadores e sobre os seres humanos que são capturados pela nova forma, seu mecanismo lógico está entrando em rota de colisão com sua própria forma social global.

Não há mais estados-nacionais que sustentem essa condição, mesmo que se movam para a guerra, mesmo que se movam em direção à matança generalizada, mesmo que o fascismo se torne uma regra de controle social, mesmo até que a repressão aumente a níveis inimagináveis, mesmo que obriguem a humanidade a trabalhar 24 horas por 7 dias da semana, a base do capital parece não mais existir, como subordinação formal. O capital fixo é o exemplo disso. A concentração de poder que se expressa por meio da concentração de conhecimento, é a expressão desse desvario completo em nossa história.

Ao ruir o sistema financeiro, ruirão as forças que o sustentam. Mesmo que países como Rússia, China, procurem cercar a economia norte-americana, mesmo que seus negócios sejam realizados em suas próprias moedas, mesmo que o cerco à dívida dos EUA seja uma bomba relógio, nem mesmo a crescente economia chinesa será capaz de ampliar a base de valor global.

A riqueza não pode ser medida pelo tempo de trabalho. O novo ser humano que pretensamente surge dessa confusão, pois se trata de um sujeito social que caminha à

deriva, numa nau que está afundando, mas este sujeito parece não se dar conta de que não há saída, mesmo que ele pule da nau, o oceano que o engolirá não o salvará, pois não há terra à vista, será afogado. Por isso, o capital é agora esse oceano que sem forma e a nau é apenas um elemento contingente.

Os discursos, as narrativas, os movimentos sociais, os partidos políticos, os próprios políticos, os gurus, os proxenetas, as viúvas, os satanistas, os sacerdotes de toda ordem, os militares de plantão, os meios virtuais, todos estão na mesma nau, escondidos em suas gavetas ou em seus aposentos.

Não penso que se trata de um novo ser humano, mas de uma forma social que coloca a humanidade em risco total, dado o fato de que cegamente ainda tenta nutrir uma contradição sem qualquer possibilidade de solução. Penso que temos de encontrar uma linguagem direta, franca, leal, sobretudo concreta, não uma linguagem apocalíptica, mas que tenha a clareza do que está acontecendo. Talvez a sociedade esteja mais preparada para dar o salto histórico, enfrentar o desafio de romper e construir as condições materiais e históricas reais para atravessarmos esse longo período de tragédias. Pois o que parece mais amedrontar as pessoas em geral é a imensa dificuldade em encarar o concreto imediato, os fatos que estão na nossa cara. Nenhum passado poderá nos salvar, mas o presente pode explicar o passado (Como Marx já havia apontado) como um fator tendencial.

O momento do impasse

Há um dilema que se apresenta para a burguesia mundial. Na prática, os estados-nacionais foram transformados em ficção para as massas trabalhadoras. O sistema financeiro e as corporações controlam todo o processo de produção, fluxos, circulação, preços, controlam fundamentalmente as empresas e o dinheiro global. Ao chegar a este ponto, fatalmente controlariam os estados-nacionais e fariam destes, apenas, marionetes para a manutenção do controle dos trabalhadores no interior das fronteiras nacionais. Afinal, de outro lado, não há mais fronteiras para o sistema mundial do capital. À medida que as estruturas de produção e a crise do capital advindas das estupendas mudanças nos processos de produção, forçam a questão a uma crise geopolítica em que as fronteiras passam a ser um problema a ser administrado em escala global. De fato, as fronteiras só existem para os trabalhadores, mas à medida que as relações de produção ficam reféns da

globalização da economia e a massa de trabalhadores se torna não-rentável, manter os estados-nacionais será um dilema a ser enfrentado.

Como bem salientou Guy Debord, em seu livro *Comentários à sociedade do espetáculo*,

A sociedade modernizada até ao estágio do espetacular integrado caracteriza-se pelo efeito combinado de cinco traços principais, que são: a renovação tecnológica incessante; a fusão econômico-estatal; o segredo generalizado; o falso sem réplica; um presente perpétuo. (DEBORD, 2003, p. 15)

Ressalta-se a fusão total entre o econômico e o estatal. As burguesias, ávidas por manterem o funcionamento do sistema do capital, avançam sem piedade sobre os estados-nacionais, queimam todas as mediações, eliminam os intermediários institucionais, humilham e ridicularizam a política, os partidos, controlam financeiramente o poder estatal, determinam as funções tecnocráticas da economia e impõem os seus gestores – estatais e privados.

Eliminar as fronteiras é, por conseguinte, destruir os estados-nacionais ou, destruí-los, seria eliminar todas as fronteiras. Trata-se de uma tautologia que implica a possibilidade de um impasse sem precedentes na história do sistema de produção global do capital. Traz à tona um dos problemas centrais da estrutura de exploração da força de trabalho que ainda concentra o controle jurídico e territorial sobre os trabalhadores. Trata-se de uma fronteira histórica sem precedentes, a burguesia se encontra à beira de um desfiladeiro, um processo histórico que aponta para o fim trágico de um sistema social que não alcançou ainda 300 anos.

Se por um lado Estados como os da América Latina se encontram em franca pressão para sua desestabilização, assim como também nas crises que os estados-nacionais da Europa ocidental têm enfrentado, por outro, Estados sólidos como os da Rússia e China demonstram que suas fronteiras e marcos regulatórios concentram o poder necessário para garantir a superprodução, como no caso da China. Esta, por sua vez, expande seu capital para além das fronteiras territoriais e investe pesadamente em várias partes do mundo – África, Oriente Médio, Europa, América Latina e EUA.

Destituir as fronteiras pode levar os países a terem de enfrentar, como já tem acontecido, enormes levas de imigrantes e refugiados, que atravessam as fronteiras, compondo multidões desesperadas, em busca de abrigo, comida e trabalho.

O neoliberalismo chega ao seu fim, com sua trágica reação, ao tentar queimar todas as mediações que foram constituídas ao longo das décadas após a II Grande Guerra,

em que as instituições liberais sorveram e absorveram os impactos dos conflitos internos ao processo de produção e das relações de produção. A política, a democracia liberal e seus instrumentos legais, o ordenamento jurídico etc., foram planejados e adaptados para conter as forças destruidoras do próprio capital e aquelas que pareciam, a um primeiro momento, externar e estranhas ao liberalismo, cuja face mais adequada era, num primeiro momento, o esteio liberal das individualidades e, em seguida, o neoliberalismo destrói esse cabedal a fim de que possam governar diretamente, sob o pretexto da tomada nas mãos das condições gerais de produção para aumentar a eficiência do sistema produtor de mercadorias.

A luta pelo domínio e controle dos recursos assim como a necessidade de extrair mais-valor da força de trabalho, em escala mundial, não parecem ser capazes de estabelecer o equilíbrio da recomposição do capital para uma nova etapa de ganhos e controle político. Observa-se, em contrapartida, o fato de que as escolhas políticas, as estratégias estipuladas pela burguesia e seus gestores, fracassam redondamente em poucos anos de sua implantação. Ao que é possível observar, as escolhas das burguesias locais e mundial tendem, continuamente, a um fracasso em seus resultados concretos, tanto para os trabalhadores quanto para a economia capitalista como um todo.

Com a perspectiva do seu fim, o capital procura adequar-se em duas esferas. A primeira, a forma que lhe dê continuidade no seu estrito campo de funcionamento – a produção de valor; a segunda, consequência da primeira, é a busca pela forma social adequada que implica, em seu interior, a forma política estatal necessária para controlar o trabalho em uma nova etapa. Mas, os resultados são os mais terríveis, pois a forma social é a que mais sofre os efeitos da destruição do sistema de produção do capital – todas as instâncias da sociedade mergulham na aventura mais desastrosa, uma vez que estamos a viver o fim de um período histórico que alcançou o planeta rapidamente e o coloca em risco iminente.

Bibliografia Utilizada

DARDOT, Pierre, LAVEL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo Boitempo, 2016. (Estado de Sítio)

DEBORD, Guy (b). Comentários sobre A sociedade do espetáculo. In **A sociedade do espetáculo e outros textos de Guy Debord**, www.terravista.pt/ilhadomel/1540, 2003, disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comentariosse.pdf>, acesso em 15/01/2018.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FAUSTO. Ruy. A “pós-grande indústria” nos *Grundrisse* (e para além deles). **Lua Nova**, São Paulo, Novembro, 1989, Nº. 19, pp. 47-67.

FORTUNE GLOBAL 500 (2017): <http://fortune.com/global500/list/> (downloaded 26 July 2018) in **CIA World Factbook (2017)**: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2056.html> (downloaded 26 July 2018).

HOWMUCH – Understanding Money. **Is Cryptocurrency ‘The Mother of all Bubbles?’** This Visualization Puts Things in Perspective. <https://howmuch.net/articles/visualizing-the-biggest-economic-bubbles>, 24 de julho de 2018.

OIT. Labour market projections -- ILO modelled estimates, May 2018 http://www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/portalapp/pagehierarchy/Page3.jspx?MBI_ID=27, Downloaded from ILOSTAT. Last update on 03DEC18.

OIT. **Labour market projections - ILO modelled estimates**, may 2018 http://www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/portalapp/pagehierarchy/Page3.jspx?MBI_ID=27, Downloaded from ILOSTAT. Last update on 03DEC18.